

MONITOR FISCAL

Consultoria de Orçamentos,
Fiscalização e Controle – SF

Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira – CD



Agosto/2018 (Dados de junho/2018)



Desempenho Fiscal

União registra deficit primário de R\$ 29,0 bilhões no primeiro semestre de 2018. No âmbito do governo central, projeções de mercado apontam para deficit de R\$ 149,6 bilhões no ano, inferior à meta de deficit anual, fixada em R\$ 159,0 bilhões. Resultados fiscais deficitários persistentes, contudo, mantêm o estado de alerta quanto ao objetivo de estabilização da dívida pública.

A. RESULTADO PRIMÁRIO

R\$ bilhões

ESFERA	REALIZADO		META LDO		DIFERENÇA (B)-(A)
	EM JUNHO	ATÉ JUNHO (A)	ORIGINAL	ALTERADA (B)	
Setor Público Consolidado	-13,5	-14,4	-131,3	-161,3	-146,9
União	-14,2	-29,0	-132,5	-162,5	-133,5
Governo Central	-15,0	-28,7	-129,0	-159,0	-130,3
Empresas Estatais Federais	0,8	-0,3	-3,5	-3,5	-3,2
Estados e Municípios	0,7	14,6	1,2	1,2	-13,4

Fonte: Banco Central para valores realizados e Lei 13.473/2017 (LDO 2018), atualizada pela Lei 13.480/2017.

O resultado primário da União em junho de 2018 foi deficitário em R\$ 14,2 bilhões. Ao fim do primeiro semestre, o resultado acumulado é deficitário em R\$ 29,0 bilhões. Entre os componentes do resultado, destaca-se a participação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que registra deficit de R\$ 90,8 bilhões no período. Descontado o RGPS, o resultado primário do governo central teria sido superavitário em R\$ 62,1 bilhões no semestre.

Para o ano, a mediana das projeções de mercado, informada pelo Prisma Fiscal da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, de julho de 2018, aponta para deficit de R\$ 149,6 bilhões no âmbito do governo central, contra meta de deficit anual de R\$ 159,0 bilhões, fixada na LDO para 2018.

Em que pese o indicativo de cumprimento da meta anual, deficits primários elevados e persistentes impõem risco de descontrole do endividamento. Para que a dívida federal bruta fosse estabilizada, por exemplo, no patamar de 69,9% do PIB (apurado ao final de 2017), o superavit primário do governo central em 2018 não poderia ser inferior a 1,13% do PIB, consoante Estudo Técnico 9/2018. A meta de resultado primário do governo central para 2018, entretanto, equivale a deficit de 2,2% do PIB.

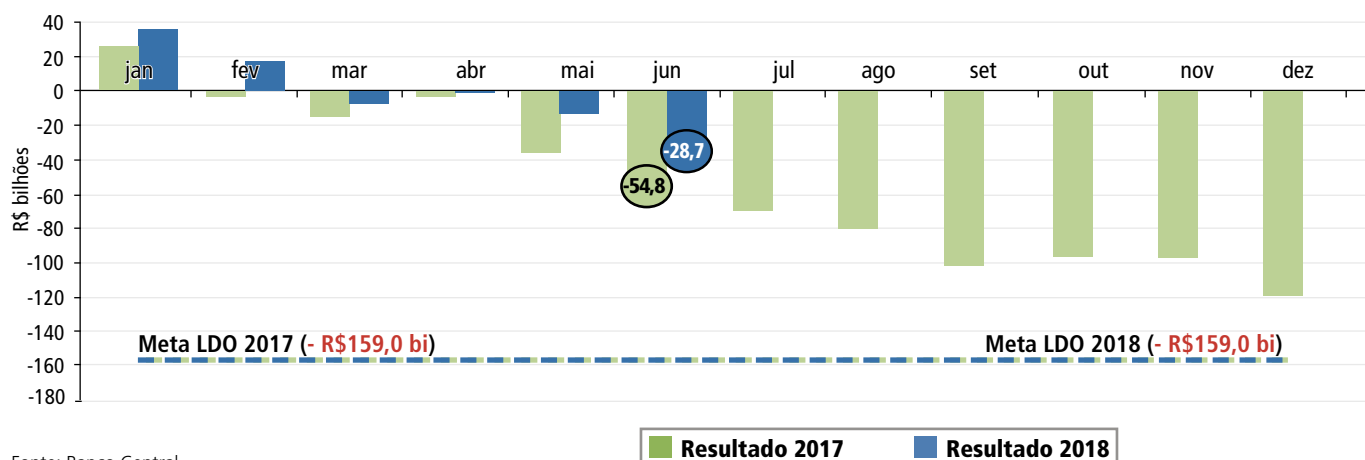
Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2018/2018_ET_SupRequerido_20180626.pdf>.

AVISO:

A partir do mês de junho de 2018, a publicação do Monitor Fiscal ocorre bimestralmente, sempre nos meses pares.

B. DESEMPENHO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (2017-2018)

Resultado primário acumulado do ano (2017 - 2018)



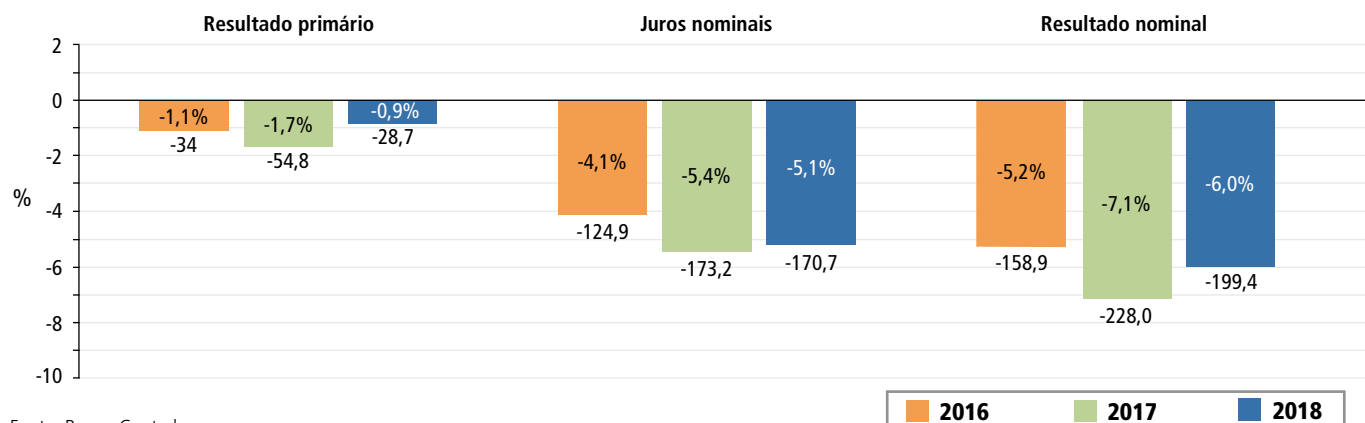
Fonte: Banco Central.

Em junho de 2018, o governo central apresentou déficit primário de R\$ 15,0 bilhões, contra déficit de R\$ 19,9 bilhões verificado no mesmo mês de 2017. No

ano, o resultado acumulado é deficitário em R\$ 28,7 bilhões, ante déficit de R\$ 54,8 bilhões apurado no mesmo período do ano anterior.

C. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL (2016-2018)

Resultados fiscais do governo central — Até Junho (R\$ bilhões e % do PIB)



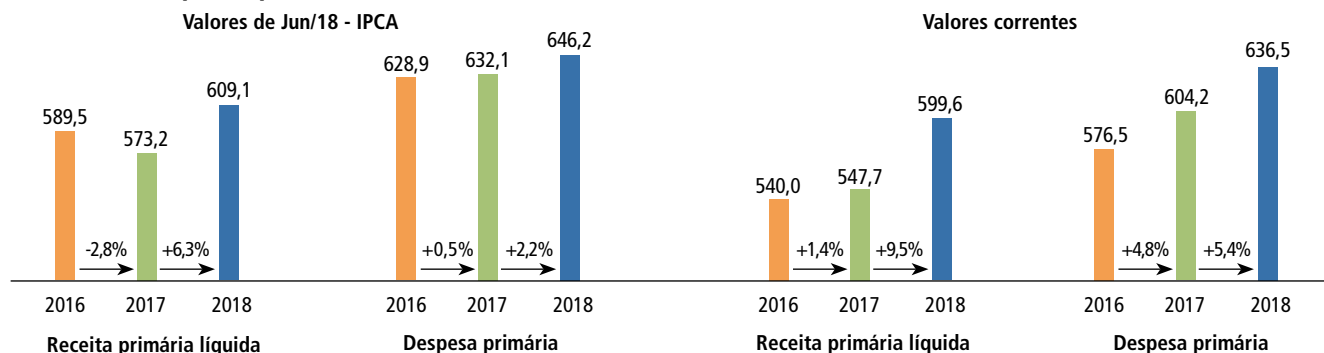
O resultado nominal do governo central no primeiro semestre de 2018 foi deficitário em R\$ 199,4 bilhões (6,0% do PIB). No mesmo período de 2017, o déficit acumulado foi de R\$ 228,0 bilhões (7,1% do PIB).

Contribuíram para esse resultado as sucessivas reduções de meta da taxa básica de juros (Selic), que de janeiro de 2017 a março de 2018 passou de 13,75% a.a. para 6,5% a.a., assim mantida até o presente.

Nada obstante, a persistência de déficits primários, tal como programado para 2018, associada a despesas líquidas com juros, concorrem para a formação de uma trajetória de crescimento da dívida, conforme apresentado no item F deste relatório.

D. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e despesas primárias — Até Junho (R\$ bilhões)



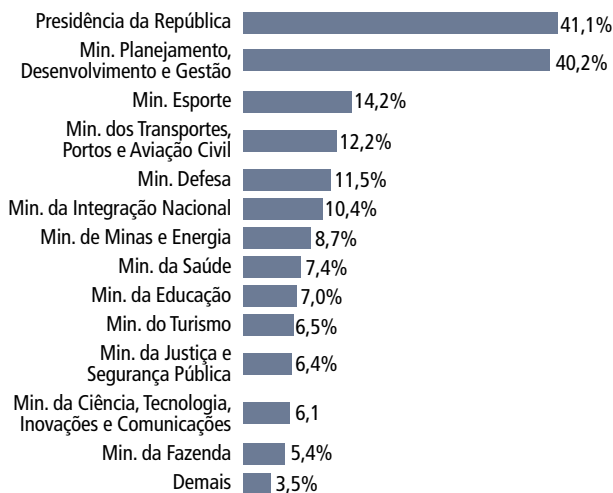
Fonte: Tesouro Nacional.

A receita primária líquida (receita primária total menos transferências obrigatórias aos demais entes) apresentou aumento real de 6,3% no primeiro semestre de 2018, relativamente ao mesmo período de 2017. A despesa primária, por seu turno, teve crescimento real de 2,2%.

O principal componente da receita primária, constituído pelas receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), alcançou R\$ 464,3 bilhões no semestre, apresentando aumento real de 7,8%, comparativamente a 2017. Pelo lado da despesa, destaca-se o crescimento real de R\$ 9,0 bilhões em despesas discricionárias e de R\$ 7,3 bilhões em benefícios previdenciários.

E. CONTINGENCIAMENTO

Contingenciamento por Órgão (% da dotação atual)



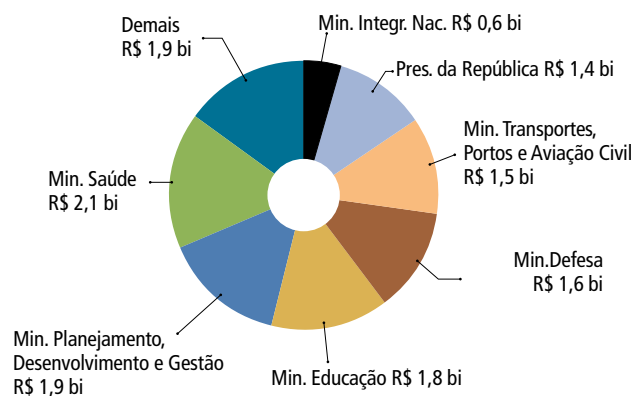
Fonte: Siga Brasil e Decreto nº 9.452/18. As dotações autorizadas das UOs constantes dos Órgãos 71000, 73000 e 74000 foram incluídas nas dotações atuais dos demais órgãos responsáveis por sua supervisão em razão dos decretos de limitação de empenho não discriminarem mais esses três órgãos.

O orçamento de 2018 apresenta um contingenciamento (limitação de empenhos) de R\$ 12,7 bilhões em relação à dotação autorizada (LOA + créditos), distribuídos entre órgãos do Poder Executivo conforme gráficos acima, elaborados com amparo no Decreto 9.452, de 2018. Esse total equivale a 9,6% da dotação autorizada sujeita a limites de empenho no Executivo, que perfaz o total de R\$ 132,5 bilhões.

Em termos absolutos, o maior nível de contingenciamento recaiu sobre o Ministério da Saúde (R\$ 2,1 bilhões), ao passo que, em termos relativos, a Presidência da República e

Contingenciamento por Órgão

Total Contingenciado: R\$ 12,7 bilhões



o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão foram os mais afetados.

Cabe esclarecer, contudo, que o montante setorial objeto de limitação de empenho encontra-se disponível para utilização pelos Ministros de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Fazenda, razão pela qual não há contingenciamento formal quando se considera o orçamento como um todo. Por esse motivo, não foi promovido contingenciamento das emendas individuais e de bancada estadual impositivas, de tal sorte que as referidas emendas podem ser executadas no mesmo montante autorizado na lei orçamentária.

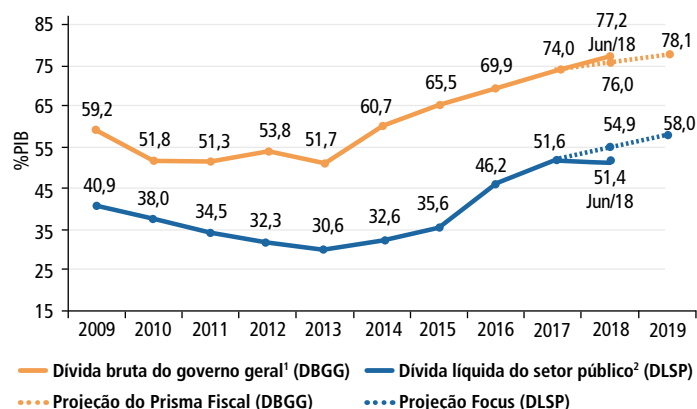
F. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% PIB)

A dívida bruta do governo geral (DBGG) aumentou 3,2 p.p. em 2018 e alcançou 77,2% do PIB (R\$ 5,2 trilhões) em junho. Os grandes componentes da DBGG são a dívida mobiliária do Tesouro Nacional, que correspondeu a 53,8% do PIB (R\$ 3,6 trilhões), e as operações compromissadas do Banco Central, que representaram 17,1% do PIB (R\$ 1,1 trilhão). Segundo a mediana das expectativas contidas no Prisma Fiscal de julho, a DBGG deve se situar

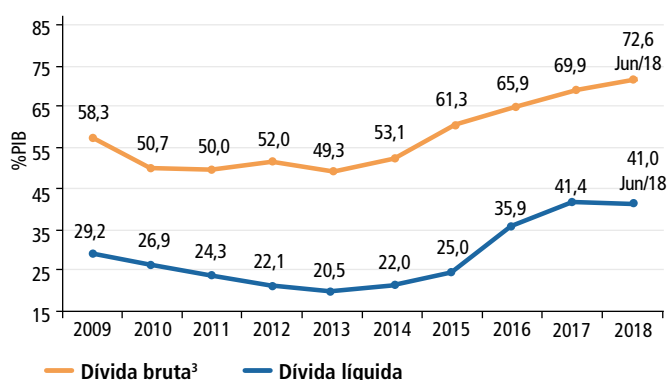
em 76,0% do PIB ao final de 2018 e 78,1% do PIB ao término de 2019.

No que tange exclusivamente ao governo federal (que exclui Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto aumentou 2,8 p.p. no ano e alcançou 72,6% do PIB (R\$ 4,9 trilhões) em junho.

Setor público consolidado - 2009 a jun/2018



Governo Federal - 2009 a jun/2018



Fonte: Banco Central, Prisma Fiscal de julho/2018 e Relatório de Mercado Focus de 27/07/2018. 1. A dívida bruta do governo geral abrange governos federal, estaduais e municipais e exclui Banco Central e empresas estatais. 2. A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. 3. A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei 8.727/93 e dívida externa do governo federal.

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados
 Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal
 Consultora-Geral: Ana Claudia C. S. Borges
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA

Antonio Carlos D'Avila, Aritan Maia, Arthur Kronenberger, Dayson Pereira, Eduardo Rodriguez, Flávio Luz, Ingo Luger, Marcel Pereira, Paulo Bijos, Renan Milfont e Rafael de Fraia e Souza e Vinícius Ribeiro.

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | **Impressão:** Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal